

Fabiane Ferreira da Silva
Alinne de Lima Bonetti
Organizadoras

GÊNERO, DIFERENÇA E DIREITOS HUMANOS

é preciso esperar em tempos hostis



Florianópolis, 2020

GÊNERO, DIFERENÇA E DIREITOS HUMANOS:
é preciso esperar em tempos hostis
(1ª Edição)

© Copyright by Fabiane Ferreira da Silva e
Alinne de Lima Bonetti (Organizadoras)

Revisão Textual

Tagiane Mai

Imagem da capa

Elisa Riemer

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta – Ed. Tribo da Ilha

A impressão do presente livro foi financiada com recursos destinados pelo Ministério Público do Trabalho de Uruguaiana, a partir da reversão de multas e indenizações decorrentes da atuação fiscalizatória do órgão.

G326 Gênero, diferença e direitos humanos : é preciso esperar em tempos hostis / Fabiane Ferreira da Silva; Alinne de Lima Bonetti, organizadoras. – 1. ed. – Florianópolis : Tribo da Ilha, 2020.
168 p. : il. ; fots.

Inclui referências
ISBN: 978-65-86602-07-4

1. Relações de gênero. 2. Sexo – Diferenças. 3. Raça e Etnia.
4. Diversidade. 5. Direitos humanos. 6. Ciências sociais. 7. Ciências da educação. I. Silva, Fabiane Ferreira da. II. Bonetti, Alinne de Lima.

CDU: 392.6

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071



EDITORA TRIBO DA ILHA
Rod. Virgílio Várzea, 1991 – S. Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001
Fones: (48) 3238 1262 / 9-9122-3860
editoratribodailha@gmail.com
www.editoratribo.blogspot.com

SCRIPTS DE GÊNERO E AS TECNOLOGIAS QUE SIGNIFICAM E CONTROLAM OS CORPOS INFANTIS

MICHELE LEGUIÇA
JAIME EDUARDO ZANETTE
JANE FELIPE

■ O que trazemos para discussão?

Este capítulo tem como compromisso trazer para a nossa agenda discussões acerca das temáticas de gênero, sexualidade e violências, que atravessam e constituem as infâncias, em especial daqueles sujeitos que frequentam a Educação Infantil. Sendo assim, tendo em vista compreender como os *scripts* de gênero são construídos e alimentados na infância, especialmente no que se refere ao controle dos corpos de meninas e meninos, no espaço da Educação Infantil, procuramos analisar as tecnologias empregadas na produção de identidades femininas e masculinas e as práticas de significação que reverberam machismos e violências, particularmente quando nos deparamos com as datas comemorativas na escola.

O referencial teórico desta pesquisa se estruturou a partir dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, de vertente pós-estruturalista de análise. Metodologicamente, investimos em um trabalho de inspiração etnográfica, realizado em uma escola pública de Educação Infantil no município de Uruguaiiana,¹ no Rio Grande do Sul, localizada na

¹ O município de Uruguaiiana localiza-se na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a cidade possui uma população estimada de 129.784 habitantes, sendo 93,6% residentes na área urbana. O salário médio mensal dos trabalhadores formais, no ano de 2016, era de 2,2 salários-mínimos.

fronteira com a Argentina, em uma turma de crianças entre quatro e cinco anos. Foram realizadas observações participantes por três vezes na semana, no turno da manhã, perfazendo um total de 284 horas de observação, no período de agosto a dezembro do ano de 2018. Os resultados de tais observações foram registrados minuciosamente em um diário de campo, procurando descrever, relatar impressões, organizar, desenvolver e refletir sobre a inserção no local pesquisado (KLEIN; DAMICO, 2012). Por questões éticas, ressaltamos que os nomes dos sujeitos da pesquisa são fictícios.

■ Violências e a importância da educação

Vivemos em uma sociedade em que se faz necessário, cada vez mais, potencializar discussões que analisem as violências² e suas interfaces com as temáticas de gênero e sexualidade. O *Atlas da Violência 2018 e 2019* (IPEA, 2018, 2019) e o *13º Anuário de Segurança Pública* (2019) apresentam estatísticas bem alarmantes no contexto brasileiro, em especial no que diz respeito ao aumento das violências contra crianças e mulheres. Cabe lembrar que geralmente as violências cometidas contra as crianças estão associadas às violências cometidas contra as mulheres que residem na mesma casa. Assim, a violência doméstica, ou também chamada de violência intrafamiliar,³ está tão presente no cotidiano das famílias, que muitas vezes acaba sendo compreendida como algo natural (SACRAMENTO; REZENDE, 2016).

No âmbito de Uruguaiana, por meio do Observatório Estadual de Segurança Pública/SSP-RS, contamos com dados importantes para discutir sobre a temática da violência contra a mulher, os quais podem ser observados no Quadro 1.

² De maneira ampla, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como o uso da força física (ou do poder) na forma de ameaça, ou efetiva contra si, outra pessoa, grupo ou comunidade, tendo probabilidade de causar danos psicológicos, lesões, morte, privações ou transtornos psicológicos.

³ De acordo com o Ministério da Saúde (2001), a violência que ocorre no âmbito familiar é definida como toda ação ou omissão cometida por um membro familiar que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro. Tal ação pode ser cometida dentro ou fora de casa, por algum membro da família, incluindo as pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços consanguíneos.

Quadro 1 – Dados sobre a violência contra a mulher em Uruguaiana em 2018 e 2019

Tipo de agressão	2018	2019
Ameaça	441	395
Lesão corporal	315	302
Estupro	22	41
Feminicídios	Consumados: 03 Tentativas: 04	Consumados: 03 Tentativas: 02

Fonte: Observatório Estadual de Segurança Pública/SSP-RS.

É importante considerar também que, antes de chegarmos a esse nível de violência, deparamo-nos com situações que envolvem a violência psicológica ou maus-tratos emocionais. Conforme Jane Felipe e Carmen Galet (2016, p. 85),

antes da agressão física propriamente, há um longo, contínuo e sistemático processo de agressão moral e psicológica, que compromete a autoestima das mulheres, afetando também meninas e meninos que convivem com este cenário de desrespeito em seus lares.

Outra forma de violência e violação dos Direitos Humanos, bastante recorrente no nosso país, diz respeito ao casamento precoce. De acordo com o trabalho intitulado *Casamento na infância e adolescência: a educação das meninas e a legislação brasileira* – apresentado no XXII Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) –, uma em cada cinco meninas se casa antes dos 18 anos. Isso repercute em consequências como gravidez precoce, evasão escolar, abuso e violência. Podemos perceber também que situações como essas ocorrem principalmente em países de baixa e média renda, o que nos aponta para a necessidade de investirmos em políticas que reduzam as desigualdades sociais.

Nesse contexto, faz-se necessário perceber que todas essas situações perpassam a escola e, por isso, precisamos refletir sobre essas questões no âmbito educativo, tendo em vista que a escola possui um compromisso ético de promoção dos Direitos Humanos (FACHINETTO, 2017), respeitando, assim, as diferenças e promovendo a equidade de gênero. Isso tudo, por sua vez, implica a produção de sujeitos humanizados em um

espaço democrático. Para tanto, as instituições de Educação Infantil apresentam a possibilidade de oferecer, para crianças e famílias em situação de violência, risco e vulnerabilidade social, os encaminhamentos e o acesso a uma proteção efetiva (SANTOS; FELIPE, 2016).

Todavia, para que o processo educativo humanizador opere sobre os sujeitos, precisamos conhecer cada vez mais sobre eles. Dessa forma, valemo-nos da concepção de infância como categoria produzida nos âmbitos social, histórico e cultural (BUJES, 2002; CARVALHO, 2005; BELLO, 2006; FELIPE; GUIZZO; BECK, 2013). Cabe-nos questionar de que forma esses sujeitos de tenra idade vão se constituindo como sujeitos masculinos e femininos, ou seja, quais as práticas de significação (WORTMANN, 2010) que vão sendo legitimadas a fim de estruturar e governar os corpos de meninos e meninas.

Nesse sentido, torna-se potente observar a construção do que Jane Felipe (2016) define como *scripts* de gênero. Para a autora, os *scripts* de gênero se referem às atribuições que são/estão sendo culturalmente definidas como masculino e feminino, produzindo assim diferenças, que se desencadeiam na constituição corporal, nas expectativas que temos em torno desse corpo e como o vemos. Cabe destacar que tais significados são constituídos nas relações de poder e através de minuciosas técnicas de vigilância e regulação, que operam sobre o comportamento de meninos e meninas, homens e mulheres (FELIPE, 2016, 2019; ROSA, 2019). Nessa dinâmica, é importante analisar a complexidade na qual se estabelecem as tramas que compõem esses *scripts*. Entretanto, não podemos perder de vista as negociações que se estabelecem de diferentes formas – muitas vezes sutis, contudo potentes –, para a constituição das identidades de gênero e das identidades sexuais (FELIPE; GUIZZO, 2017; ZANETTE; FELIPE, 2017).

Sustentados nesses pressupostos, analisaremos a seguir a trama desses *scripts*, constituída nas práticas de significação cultural, as quais são reforçadas de forma hegemônica na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

■ A cultura uruguaianense e os *scripts* de gênero demarcados desde a infância

A fim de tecermos uma discussão acerca da região e do município em que a pesquisa foi desenvolvida, recorreremos à música “Homenagem

a Uruguaiana”, composta por Gildo de Freitas. Nela, o compositor exalta Uruguaiana, chamando-a de cidade princesa e exaltando que é repleta de belezas e que estabelece a fronteira do nosso país. Além de todos os aspectos geográficos destacados na composição musical, deparamo-nos com significados atribuídos a uma cultura gaúcha. Nesse contexto, a mulher é descrita como sujeito cujo atributo é a beleza, que desperta o interesse dos homens (de uma sexualidade incontrolável) e, por isso, ela precisa ser defendida por um marido valente (demarcando um estatuto de “homem de verdade”) (NASCIMENTO, 2018).

Além disso, baseados em Rosa, Felipe e Leguiça (2019), torna-se perceptível, nos versos “As casadas são sérias e bonitas; E os maridos são ‘guapo e valente’”, que há uma expressão de violência “benévola”, que se manifesta por meio de comportamentos de controle disfarçados de proteção. Os autores também chamam a atenção para o fato de que há outras pequenas e quase imperceptíveis violências diárias que acometem muitas mulheres e acabam sendo naturalizadas. Entre elas, destacam-se os micromachismos imbricados nas pequenas ações, como interrupções das falas dos sujeitos femininos, piadas, ou mesmo por meio de explicações óbvias, quando os homens tentam “traduzir” o que uma mulher acabou de dizer.

No que diz respeito à valentia, também podemos encará-la como uma forma de demarcar um *script* de masculinidade, forjado na violência como forma de resolução de situações. Vale considerar que a música tradicionalista gaúcha, que em grande parte é apreciada pelos(as) uruguaianenses, pode ser compreendida como um artefato cultural – assim como todos os outros estilos musicais –, tornando-se veículo de mensagens impregnadas de visões de mundo, construindo, assim, significados acerca de sujeito(s) e sociedade.

Nesse sentido, o conceito de representação deve ser aqui entendido como um sistema de atribuição de sentidos: arbitrário, indeterminado e ligado às relações de poder (SILVA, 2013). Portanto, empregamos aqui esse conceito com o objetivo de analisarmos a forma que esse movimento apresenta e nomeia os sujeitos uruguaianenses, produzindo identidades e diferenças.⁴ Assim, além da música, encontramos outros discursos, expressos nas falas dos sujeitos da nossa pesquisa.

⁴ Cabe ressaltar que, de acordo com Silva (2013), aquele/a que é/está sendo representado/a não é alguém passivo nesse sistema de significação. Afinal, há uma rede de relações que vão construindo a identidade.

No trajeto para a sala de aula, o guarda do colégio toca o ombro de Matheus e cumprimenta:

– Oi, guri!

Matheus responde:

– Guri, não! Meu nome é Matheus.

O guarda ri e diz:

– Ah, teu nome poderia ser Marcos, Gustavo... Mas tu é guri!

(Diário de campo, 17 out. 2018)

Partindo do pressuposto foucaultiano de que “fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais” (FOUCAULT, 1994, p. 180), deparamo-nos com o discurso acerca do que é ser “guri” naquele lugar e nos propomos a problematizar acerca de todas as características que vão sendo inseridas nos *scripts* que regem a conduta de um “guri” de Uruguaiana.

Enfatizamos o município com o intuito de colocar sob suspeita todas as “verdades” que regem a construção da masculinidade de um sujeito desse local. Afinal, tal terra é marcada por um tradicionalismo gaúcho que inscreve pedagogias que subjetivam seus moradores. De uma forma geral, conforme Henriques e Lisboa Filho (2017), os vários movimentos de conflitos que marcaram a história do Rio Grande do Sul foram sustentando a construção de uma sociedade patriarcal, militarizada, latifundiária e pecuarista.

Nesse contexto, características de força, coragem e destreza representam um ideal de sujeito masculino desde a mais tenra idade. Louro (1987), ao pesquisar sobre a educação das mulheres no Rio Grande do Sul, sustenta-se nos conceitos históricos e nos Estudos de Gênero para definir a prenda como uma idealização de mulher gaúcha, pautada na norma da submissão. Em contrapartida, a autora também enfatiza o movimento de resistência, por meio do conceito da antiprenda, ou seja, um *script* de mulher que trabalha e busca seu espaço de atuação na sociedade.

Assim, sendo uma região de fronteira, Uruguaiana aciona uma representação de tradicionalismo que exalta a figura masculina e posiciona a feminina em um regime de submissão. Tais perspectivas vão ao encontro do que afirma Pacheco (2003), ao ressaltar que o tradicionalismo ensina masculinidades (e poderia também considerar o ensino

de feminilidades) por meio do que ele chama de pedagogia do tradicionalismo.

Tal conceito remete à análise cultural, fazendo-nos considerar a cultura “como uma pedagogia”. Assim, “o cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural” (WORTMANN, 2002, p. 79). Portanto, é válido considerar que a cultura e a sociedade do município de Uruguaiana produzem uma pedagogia tradicionalista, que se pretende hegemônica, buscando deter o poder de representação do “verdadeiro” caráter a ser impresso nos corpos e nas subjetividades dos meninos e das meninas.

Dessa forma, a figura do guarda representa a adulez tradicionalista, portadora da responsabilidade de deter um “saber-poder”, do tradicionalismo gaúcho. Este, por sua vez, visa definir a “verdadeira natureza” do gaúcho, que deve ser aprendida pelo “guri” de Uruguaiana. Além disso, percebemos o quanto as datas comemorativas, em especial o 20 de setembro, produzem pedagogias, pois a escola toda se mobilizou, durante o mês inteiro, para exaltar esse recorte cultural.

■ Datas comemorativas e as tecnologias de manutenção dos *scripts* de gênero

As datas comemorativas contempladas nos calendários escolares relembram eventos históricos e culturais, fazendo parte do costume ou da tradição de um povo. Isso pode ser bastante questionado, sob a perspectiva de representação, como salienta Stuart Hall (1997). Afinal, na medida em que podemos compreender esse conceito como fundamental para a produção de significados, deslocamo-nos para o questionamento de quais significações estão sendo produzidas e legitimadas com essas datas, o que dá sentido à compreensão da trama dos *scripts* que contribuem para a constituição identitária dos sujeitos.

Contudo, é importante ressaltar que essas produções são construídas por meio de relações de poder que envolvem tensão, atravessamentos, induções, busca de controle e formas de conhecimento. Rodrigo Saballa de Carvalho (2005, p. 160) analisa, sob a ótica foucaultiana, as festas que compõem o calendário escolar de uma instituição educativa infantil. Para ele, esses eventos possibilitam a ação do poder disciplinar e são constituídas por uma rede de normas, proibições e valores que

buscam produzir a criança-escolar, como sujeito de subjetividade dócil. Dessa forma, são conduzidas condutas tidas como adequadas, procurando produzir um/a educando/a “educado/a” e “civilizado/a”.

Cabe destacar que o disciplinamento dos corpos não se restringe aos infantes, afinal os/as profissionais que atuam na escola também são produzidos/as nesses mecanismos. Assim, “[...] o referido processo, ‘fabrica’ o/a professor/a (educador/a, atendente, funcionário/a, equipe diretiva, etc.) ‘normal’, conforme os diferentes regimes disciplinares que estão em operação [...]” (CARVALHO, 2005, p. 160-161). Portanto, tal fabricação implica o disciplinamento que constitui identidades dentro do espaço escolar.

Sob tal perspectiva, observamos que as representações de tradição e cultura gaúcha estão bastante imbricadas nos calendários escolares de Uruguiana, o que implica dizer que a pedagogia tradicionalista é regida por essa forma de poder, que visa orientar os meninos e meninas para o caminho da tradição. Tal análise, a partir da perspectiva foucaultiana, pode ser entendida como uma relação de poder pastoral.⁵

Frente a isso, notamos que, por muitos dias, as crianças ensaiaram exaustivamente para a apresentação de uma dança gauchesca. Ao observarmos os ensaios, remetemo-nos ao prefácio escrito por Luiz Fernando Veríssimo, em *Prendas e anti-prendas* (LOURO, 1987). Nele, o escritor destaca que “[...] nada mais educativo do que nossas danças tradicionais, em que os homens sapateiam, batem as esporas, cruzam os facões e brilham enquanto as prendas rodam a saia” (VERÍSSIMO, 1987 apud LOURO, 1987, p. 9). Nesse sentido, evidencia-se a cultura patriarcal, em que o homem é exaltado, em detrimento da mulher, colocada, via de regra, como subalterna à figura masculina.

Dessa forma, tornou-se perceptível a exaltação dos meninos, que, mesmo tão pequenos, já necessitavam exercer um domínio sobre os seus movimentos e conduzir o corpo de sua parceira ao longo da dança, estabelecendo, assim, marcas corporais. Entretanto, concordamos com Louro (2003), quando destaca que as culturas divergem quando se trata de significar as marcas corporais. Afinal, no interior de uma cultura,

⁵ De acordo com Foucault (2004) o poder pastoral visa ser estabelecido em um grupo, operando individualmente em cada seguidor. Dessa forma, o ‘pastor’, investido desse poder, busca zelar pela salvação de seus fiéis, que, por sua vez, submetem-se a seguir determinada moral a fim de purificar sua alma.

há marcas que valem mais e outras que valem menos. Isso, muitas vezes, acaba determinando aonde uma pessoa pode ir ou a maneira de comportar-se.

Também é importante ir além da análise dos movimentos corporais. Nesse sentido, remetemo-nos novamente para as letras das músicas que eram apreciadas e ensaiadas.

Às 11h, as crianças vão para o saguão ensaiar a música que irão apresentar. A música será 'Chimarrão' (Os Monarcas)
Eu quero um chima, um chima chimarrão (Bis)
Pra matar a sede, da tradição,
Chimarrão lá na cozinha
É de relacionamento (Bis)
Pra cevar o pai da moça
A consentir o casamento
(Eu quero um chima, um chima chimarrão (Bis)
Pra matar a sede, da tradição)
Chimarrão já é gostoso
Mais gostoso ainda fica (Bis)
Se é cevado e servido
Por mão de moça bonita.
(Diário de campo, 18 set. 2018).

Analisando tal letra, percebemos o quanto as pedagogias tradicionalistas (PACHECO, 2003) produzem determinados *scripts* de gênero. Dessa forma, os meninos são incentivados, desde a mais tenra idade, a cumprirem um “roteiro”, envolvendo a tarefa de conquistar a(s) menina(s), tendo também o desafio de “cevar”, isto é, abrandar a “brabeza” do pai da moça. Significa dizer que homens precisam ser persuasivos para terem sucesso nas suas conquistas. Já as meninas são colocadas dentro de um “roteiro”, que reforça a cultura do embelezamento, ressaltando ainda a representação de um determinado tipo de feminilidade que se pauta na ideia de fragilidade e docilidade, necessitando, assim, da proteção masculina.

Outro aspecto que chamou a atenção a partir das observações na escola foi o repertório musical disponibilizado para as crianças, pois algumas músicas eram bem mais aceitas do que outras, como é possível perceber na situação descrita a seguir:

*Ao voltarem para a sala, próximo ao horário de saída, Carlos canta:
Dona Maria (part. Jorge) Thiago Brava*

*Me desculpe vir aqui desse jeito
Me perdoe o traje de maloqueiro
De camisa larga e boné pra trás
Bem na hora da novela que a senhora gosta mais
Faz 3 dias que eu não durmo direito
Sua filha me deixou desse jeito
E o que ela mais fala é que a senhora é brava
Mas hoje eu não vou aceitar levar um não pra casa
Dona Maria*

*Deixa eu namorar a sua filha
Vai me desculpando a ousadia
Essa menina é um desenho no céu
Dona Maria
Deixa namorar a sua filha
Vai me desculpando a ousadia
Essa menina é um desenho no céu
Que Deus pintou e jogou fora o pincel*

*A professora chama a atenção do menino sobre a música, alegando
que ela que é inapropriada para a sala de aula.
(Diário de campo, 18 set. 2018).*

Ao analisar tal situação, ficamos a pensar na música tradicionalista que as crianças estavam ensaiando, que contava a história de um jovem que desejava namorar a filha de um determinado homem e, para atingir tal intento, deveria oferecer-lhe um chimarrão, a fim de convencer o pai da moça a permitir o namoro. No entanto, na música “Dona Maria”, cantada por Carlos, temos o mesmo fio condutor: o de pedir alguém em namoro, porém com um vocabulário distinto da música gaudéria. Notamos que os discursos que operam uma pedagogia tradicionalista são legitimados e, por isso, amplamente aceitos no cotidiano escolar daquela localidade. Além disso, há um regime de significação, no qual se define o que é aceito ou não para a infância. Assim, podemos perceber que o tradicionalismo gaúcho está repleto de representações arbitrárias,

que reiteram e exaltam uma masculinidade cis-heteronormativa,⁶ na maioria das vezes naturalizada e até mesmo romantizada, de forma a traçar os contornos de governmentamento dos sujeitos infantis.

Portanto, é válido considerar o quanto essas naturalizações e a própria idealização de amor romântico ou mesmo de maternidade são pontuais na manutenção das situações de violência. Afinal, na medida em que o sujeito masculino é aceito como violento desde a mais tenra idade, como apontam as pesquisas de Alexandre Bello (2006) e Michele Leguiça (2019), as meninas/mulheres são produzidas na crença de que o amor poderá modificar as atitudes violentas por partes de seus parceiros afetivos e que lhes caberá pautarem suas vidas pela ideia de cuidado, sacrifício e renúncia (COSTA, 1999; FELIPE, 2009). Nesse contexto, “[...] muitos comportamentos violentos acabam sendo relevados, pois muitas mulheres alegam que o companheiro estava nervoso ou ela mesma o provocou no calor de uma discussão” (FELIPE; GALET, 2016).

Sendo assim, pensamos que as datas comemorativas e os artefatos culturais (como músicas, livros, imagens, festas do Dia das Mães, do Dia dos Pais, da Criança etc.) podem ser problematizadas nas formações docentes, a fim de que possam ser (re)pensadas, tendo em vista as dimensões de *scripts* que podem ser construídas nas experiências oferecidas para as crianças, bem como para as famílias. Afinal, é importante que a comunidade possa identificar, entender e problematizar as pedagogias culturais que se apresentam em determinados contextos, que acabam por interpelar os sujeitos, produzindo outros significados e representações (COSTA, 2001). Buscamos pensar sobre os discursos que estão em jogo e os atravessamentos de gênero e sexualidade na manutenção desses *scripts* que circulam na sociedade.

Como refere Jeane Félix (2015), sabemos que ainda temos muito a pesquisar acerca desses temas, acreditando no potencial da formação docente (inicial e continuada) e na construção de espaços educativos, mais plurais e menos desiguais.

⁶ De acordo com Mattos e Cidade (2016), o termo foi introduzido por ativistas transfeministas, a fim de que possamos pensar mais acerca das designações compulsórias das identidades de gênero. Assim, problematiza-se a lógica normativa de que o sexo do sujeito determinará seu gênero e, ‘por conseguinte’ – em uma sociedade de norma heterossexual –, esse sujeito terá que se relacionar com um indivíduo de sexo diferente do seu.

Referências

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, v. 49, n. 27, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço/Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Educação Infantil: práticas escolares e o disciplinamento dos corpos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. São Paulo: Rocco, 1999.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiars do contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 37-68.

FACHINETTO, Rochele *et al.* (org.). **Educação em Direitos Humanos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2017.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> . Acesso em: 27 maio. 2020.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. *In*: XAVIER FILHA, Constantina (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009. v. 1, p. 45-55.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero na educação infantil. **Revista Pátio** – Educação Infantil, Porto Alegre: Artmed, ano XIV, n. 48, p. 4-7, jul./set. 2016.

FELIPE, Jane. *Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente*. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para pensar a docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 238-250.

FELIPE, Jane; GALET, Carmem. Maus-tratos emocionais e formação docente. In: LUZ, Nanci Stancki da; CASAGRANDE, Lindamir Saete (org.). **Entrelaçando gênero e diversidade: violências em debate**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. p. 85-100.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Rompendo com os scripts de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas: Ed. da Ulbra, 2017. p. 219-228.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013.

FÉLIX, Jeane. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do currículo**, v. 8, n. 2, p. 223-231, maio/ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. Então é importante pensar? In: Entrevista com Didier Eribon. **Libération**, n. 15, p. 21, 30-31 maio 1981. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. 4, p. 178-182.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

HENRIQUES, Mariana Nogueira; LISBOA, Flavi Ferreira. Identidade e gênero: representações femininas nos programas televisivos Bah. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 3, set. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 02 abr. 2020.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart. (org.). **Representation: cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997. p. 13-74.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2014, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana/painorama>. Acesso em: 11 abr. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2018**. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2019**. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em: 02 out. 2019.

KLEIN, Carin; DAMICO, José G. S. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 63-87.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **“Atira no coração dela”**: corpos e *scripts* de gênero na Educação Infantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Corpos que escapam. **Labrys Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e anti-prendas**: uma escola de mulheres. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

MATTOS, Amanda Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, v. 1, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>. Acesso em: 02 abr. 2020.

NASCIMENTO, Marcos. Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. *In*: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina. 2018. p. 16-27.

PACHECO, Luis Orestes. **Como o tradicionalismo ensina sobre masculinidades**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ROSA, Cristiano. **Crianças, Drag Queens e Educação**: a literatura tensionando os *scripts* de gênero. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROSA, Cristiano; FELIPE, Jane; LEGUIÇA, Michele. “Eu não sou um homem fácil”: *scripts* de gênero e sexuais em tela e na educação Michele. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, ano 16, n. 2, maio/ago. 2019. p. 284-300.

SACRAMENTO, Lúvia; REZENDE, Manuel M. Violência: lembrando alguns conceitos. **Aleteia**, Canoas, n. 24, ez. 2006. p. 95-104.

SANTOS, Giorgia Fabiana Vieira dos; FELIPE, Jane. Redes de proteção à infância: ampliando a noção de cuidado na educação infantil. *In*: FELIPE, Jane; ALBUQUERQUE, Simone Santos; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para pensar a Educação Infantil**: políticas, narrativas e cotidiano. Porto Alegre: Evangraf: UFRGS, 2016. p. 13-32.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

WORTMANN, Maria Lucia C. Análises culturais: um modo de lidar com histórias que interessam à educação. *In*: COSTA, Marisa, Vorraber (org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 73-92.

WORTMANN, Maria Lucia C. Pedagogia, cultura e mídia: algumas tendências, estudos e perspectivas. *In*: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana. **Pedagogias sem fronteiras**. Canoas. Ed. Ulbra, 2010. p. 105-122.

ZANETTE, Jaime Eduardo; FELIPE, Jane. Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero. *In*: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para se pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos**: lutamos pela educação infantil. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 17-35.